

## Introdução

Este artigo apresenta diferentes abordagens metodológicas de investigação em Psicologia Social, Psicologia do Trabalho e Saúde Psíquica. Representam um painel e servem de fonte de referência com relação às abordagens metodológicas e mensuração nas respectivas áreas. Em um primeiro momento, são discutidos os procedimentos de mensuração dos processos implícitos em Psicologia Social, fornecendo uma categorização dos métodos mais utilizados para a avaliação dos processos automáticos. Em seguida, explora-se o entendimento de saúde e doença na área Saúde Coletiva como mola propulsora da escolha entre estratégias metodológicas adotadas em Psicologia do Trabalho e saúde psíquica, oferecendo uma discussão sobre as repercussões de tais abordagens para os estudos da área. Finalmente, procura-se promover um debate entre os temas discutidos pelos autores.

### Estratégias de Mensuração de Processos Automáticos<sup>3</sup>

*Nossas explicações dos mecanismos naturais nunca são finais – apenas tornam-se mais eficazes à medida que descrevemos dados cada vez mais precisos. São narrativas que construímos a partir da nossa fantástica capacidade de inventar instrumentos e de interpretar o que medimos com eles. (Marcelo Gleiser).*

A ação de mensuração é central em ciência. O desenvolvimento de novas estratégias permite o aperfeiçoamento das teorias vigentes ou a sobreposição das mesmas por novos modelos teóricos. Medir ocupa boa parte da atividade laboratorial diária e o desenvolvimento de novas estratégias de mensuração permite a formulação de novas perguntas, proporcionando a inserção em campos do conhecimento outrora não explorados, dando a possibilidade de alçar perspectivas antes não observadas e, conseqüentemente, dando-nos a possibilidade de mudar paradigmas teóricos vigentes por novas concepções que englobem processos que antes não eram acessíveis.

No campo da Psicologia Social, os desafios da mensuração se misturam com os primórdios da área. O desenvolvimento de formas de mensuração ocupa parte considerável do ofício do cientista Psicólogo Social. Nas últimas duas décadas, a Psicologia Social apresentou o desenvolvimento de uma série de procedimentos para a mensuração de processos implícitos ou automáticos, o que permitiu uma revolução na compreensão da cognição humana e nos seus efeitos sobre o comportamento social. Como é corriqueiro nas diversas áreas do conhecimento, o desenvolvimento de novas estratégias de mensuração está atrelado às rubricas de conhecimento com outras áreas de interface.

No caso específico da Psicologia Social, as medidas de processos implícitos só foram possíveis graças à sofisticação, popularização e acessibilidade dos computadores e à criação de softwares focados na mensuração do tempo de latência. Também é fundamental neste campo

1 Psicólogo, doutor em psicologia e professor adjunto na Universidade de Brasília.

2 Psicóloga, doutora em saúde pública, consultora organizacional e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia.

3 esta seção se refere à comunicação de Ronaldo Pilati. O autor agradece os comentários e sugestões feitos por Maurício Sarmet em versões anteriores deste artigo

o aprimoramento de instrumentos para medida de potencial relacionado a eventos do sistema nervoso central (ERPs), assim como para a produção de imagens do cérebro por meio de ressonância magnética funcional (fMRI). Este conjunto de realizações possibilitou a produção de grande quantidade de inovações na compreensão teórica da cognição social humana.

Este texto tem como objetivo apresentar uma breve descrição de procedimentos para mensuração e/ou eliciação de processos implícitos da cognição social. Seu propósito é fornecer uma visão geral deste assunto ao leitor, apresentar os principais procedimentos corriqueiros da área e remeter o leitor interessado à literatura do campo de mensuração implícita.

### Modelo da cognição social: Processamento dual

O modelo vigente da cognição social é fruto dos desenvolvimentos advindos da capacidade de mensuração de processos implícitos, além de outros achados de pesquisa. Atualmente se considera que a cognição humana se organiza em um contínuo dimensional de dois sistemas com características idiossincráticas distintas (Evans, 2008; Fiske & Taylor, 2008). O primeiro sistema tem sido nomeado de Sistema 1 e possui como características de processamento ser implícito, automático, de baixo esforço, rápido, alta capacidade, evolutivamente antigo, paralelo, pragmático e associativo. Já o segundo é nomeado de Sistema 2 e tem como características ser consciente, explícito, controlado, alto esforço, baixa capacidade, analítico, reflexivo, evolutivamente recente, abstrato e sequencial. Esta nomenclatura, relativamente consolidada, tem sido utilizada mais recentemente na literatura da área e seu mote é agregar sob uma mesma denominação processos investigados há mais de 40 anos em cognição social, psicologia cognitiva e nos estudos de julgamento e tomada de decisões (Kahneman, 2011). É interessante notar que, ainda que de forma independente, por não serem observadas citações cruzadas, vários autores desenvolveram, nos últimos 30 anos, mais de uma dezena de modelos teóricos que partilham da mesma metáfora compreensiva da cognição humana (*i.e.* Sistemas 1 e 2 funcionando de forma interconectada e indissociável), resultando em uma modelação teórica integradora de vários dos mecanismos processuais da cognição (Evans, 2008). A Figura 1 apresenta um modelo esquemático do modelo dual de processamento e alguns dos tipos de processamento característicos de cada polo.

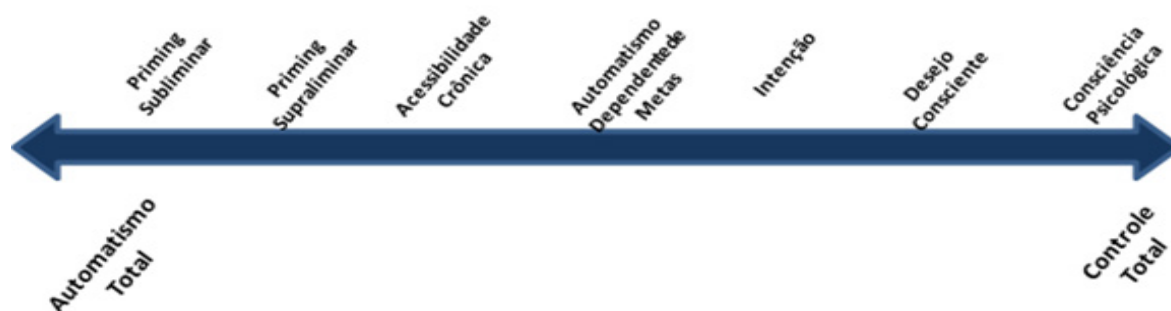


Figura 1. Modelo esquemático do processamento dual adaptado de Fiske e Taylor (2008).

No final das contas, esse modelo dual serve muito mais como uma metáfora para a compreensão didática do funcionamento da cognição do que como um modelo teórico específico que logre explicar como se dá a interação entre os dois sistemas. O que se observa na literatura é a produção de modelos focados em processos específicos, que logram explicar o processo de interação entre os sistemas, como é o caso do *Elaboration Likelihood Model*, circunscrito ao processo

de persuasão (Tormala, Brinol, & Petty, 2006). Estes modelos fazem uso da noção de conexão entre processos automáticos e controlados (*i.e.* provenientes dos dois diferentes sistemas) como determinantes dos processos cognitivos e de suas consequências comportamentais. É importante que o leitor tenha clareza que na ocorrência de processos e comportamento a dicotomia dimensional se desfaz para a própria ocorrência dos mesmos.

### **Processos automáticos e seus efeitos no comportamento**

Nas últimas décadas, a pesquisa em cognição social tem produzido grande quantidade de evidências sobre o efeito que processos automáticos, aqueles relativos ao Sistema 1, têm sobre o comportamento social. Tais evidências indicam que conteúdos ativados de forma automática exercem efeito posterior direto sobre julgamento, percepção social e comportamento (*e.g.* Aarts, Dijksterhuis, & Custers, 2003; Bargh, Chen, & Burrows, 1996; Dijksterhuis & Aarts, 2010; Dijksterhuis, 2004; Ferguson & Bargh, 2004). Mais recentemente, desenvolvimentos teóricos têm indicado que os processos automáticos exercem um efeito mais complexo do que a relação direta com percepção, julgamento e comportamento. Mais especificamente o raciocínio teórico no campo caminhou para considerar a existência de diversas variáveis que exercem um efeito de moderação entre a ativação dos processos automáticos e seus impactos no julgamento, atitudes, percepções e comportamentos, caminhando de um raciocínio de descrição causal para um de explicação causal. No geral tais variáveis moderadoras dizem respeito a aspectos situacionais, disposicionais ou a uma combinação de ambas as categorias de variáveis, produzindo compreensões teóricas mais complexas e, provavelmente, mais aproximadas da maneira pela qual processos automáticos interagem com controlados, traços disposicionais e indicadores situacionais que exercem impacto no julgamento, percepção e comportamento (Loersch & Payne, 2011; Schröder & Thagard, 2013; Smeesters, Wheeler, & Kay, 2010).

Essa modelação teórica demanda o desenvolvimento continuado de estratégias de mensuração que sejam adequadas para a mensuração de processos automáticos em delineamentos de pesquisa cada vez mais complexos, pois estes demandam a necessidade de eliciação de processos automáticos ou a mensuração dos mesmos num contexto de pesquisa que manipula e mensura simultaneamente diversas variáveis e, conseqüentemente, as interações entre elas. Vários são os relatos de pesquisa na área que têm buscado testar as relações desta forma, utilizando múltiplas estratégias de manipulação e mensuração de processos automáticos, investigando relações multideterminadas entre as variáveis (Perugini, Conner, & Gorman, 2011; Perugini & Prestwich, 2007; Rabelo, Hees, & Pilati, 2012).

### **Métodos de mensuração de processos automáticos**

A tarefa de categorizar os métodos de avaliação dos processos automáticos não é simples, mas é o principal propósito deste texto. Em razão das características que a pesquisa neste campo desenvolveu nas últimas décadas, a quantidade de procedimentos é enorme e eles se filiam a tradições teóricas ligeiramente diferentes, associados a perguntas de pesquisa também distintas, além de serem dependentes de diversas condições e equipamentos para pesquisa. Todavia, como tentativa de classificação, a proposta aqui é de condensar essa miríade de estratégias em três grandes categorias. Isto não quer dizer que não existam exemplos de pesquisa que mesclam procedimentos que aqui estão sendo categorizados em lugares diferentes, pois como todo processo de criação de agrupamentos ele possui um bom nível de arbitrariedade, que deixa de fora elementos que se combinam de forma mútua, como o que ocorre na prática laboratorial diária das investigações sobre processos automáticos em cognição social.

A primeira categoria organiza os procedimentos de mensuração baseados em tempo de reação. Estes procedimentos têm como elemento comum a avaliação de processos implícitos a partir da execução de tarefas que têm como principal variável dependente o tempo, mensurado em milissegundos, que os participantes levam para reagir a um estímulo ou associar estímulos. Em geral são executados via computador e exigem um grau de moderado a alto de controle experimental. A segunda categoria congrega os procedimentos que buscam ativar conceitos, a partir de uma perspectiva teórica que considera que a ativação de estruturas cognitivas ocorre por meio de pacotes organizados em uma estrutura cognitiva dispersa, baseada em redes neurais que funcionam de forma interconectada. Estas ativações ocorrem de maneira automática por meio de técnicas que têm sido genericamente chamadas de *priming*. Em geral estes procedimentos exigem alto controle experimental e sua ideia geral é avaliar o efeito de interferência (assimilação ou contraste) que um conteúdo ativado automaticamente exerce sobre uma ou mais variáveis dependentes não explicitamente conectadas à categoria ativada (ao menos para o participante da pesquisa). A terceira categoria diz respeito a técnicas que permitem avaliar reações do sistema nervoso aos procedimentos experimentais que eliciam processos automáticos, sejam relativas a potenciais relacionados a eventos ou a imagem cerebral. Esta categoria engloba múltiplas estratégias, largamente difundidas nas neurociências, mas que têm sido amplamente empregadas em uma rubrica do conhecimento recente, chamada de neurociência sociocognitiva, que tem contribuído com avanços significativos para a compreensão dos processos automáticos e seus efeitos no comportamento social.

A seguir são apresentados alguns exemplos de mensuração de cada uma das três categorias de medida, bem como a citação de referências pertinentes à pesquisa empírica com o uso da técnica e/ou capítulos de revisão que podem aprofundar a discussão para leitores interessados. É óbvio que esta apresentação está longe de ser exaustiva, pois a literatura sobre medidas implícitas é muito ampla e tem crescido de forma vertiginosa nos últimos 10-15 anos.

### **Métodos baseados no tempo de reação**

Desde o início dos anos 1990, uma grande quantidade de estratégias de mensuração foi desenvolvida baseada no mesmo princípio: o tempo que o participante leva para classificar um estímulo ou associar categorias. Estas medidas têm sido compreendidas, de maneira ampla na literatura de psicologia social, como medidas de atitudes implícitas. Ainda que esta compreensão seja restritiva, pois os procedimentos vão muito além da mensuração de atitudes, ela traz uma indicação clara da aplicação mais frequente no campo, que é a mensuração indireta das atitudes em relação a objetos diversos (grupos sociais, programas governamentais, comportamentos compulsivos, entre vários outros).

Certamente, o procedimento mais difundido dessa categoria é o *Implicit Association Test* (IAT – temos traduzido como Teste de Associação Implícita – TAI). Desde sua apresentação em 1998 (Greenwald, McGhee, & Schwartz, 1998), este procedimento já foi citado milhares de vezes, e centenas de versões para diferentes objetos de avaliação foram comunicadas em diversos campos do conhecimento. Publicações recentes dão conta de que o IAT é o procedimento de avaliação implícita mais citado e utilizado na literatura, tendo sido alvo de meta-análises que envolvem milhares de estudos (Nosek, Hawkins, & Frazier, 2011). O IAT é compreendido como uma medida associativa de categorias-alvo (e.g. Homem X Mulheres) e atributos (e.g. Matemática X Artes), e a atitude implícita é derivada pela diferença na velocidade do tempo de associação entre o pareamento na forma A (i.e. Homens com Matemática e Mulheres com Artes) e na forma B (i.e. Mulheres com Matemática e Homens com Artes). Ainda que seja o mais utilizado, o IAT tem recebido muitas



críticas referentes justamente ao seu caráter associativo, o que não necessariamente eliciaria processos automáticos, agravado pela possibilidade de recodificação feita pelos participantes ao longo dos sete blocos do procedimento (Meissner & Rothermund, 2013).

Outro procedimento bastante utilizado nessa categoria é o *Priming Avaliativo* (Fazio, Jackson, Dunton, & Williams, 1995; Herring et al., 2013). Na verdade, este se refere a uma família de procedimentos que possuem uma característica em comum, que é o participante ser exposto a uma série de tentativas em que dois estímulos são subseqüentemente ou simultaneamente apresentados, mas apenas um dos estímulos, chamado de alvo, deve ser processado e avaliado, enquanto o outro, chamado de *priming*, é considerado como tarefa irrelevante (Wentura & Degner, 2010). De forma geral, esta família de procedimentos opera por um processo de efeito de interferência que um *priming* prévio, de conteúdo específico e definido pelo experimentador (p. ex: imagens de idosos X imagens de jovens) exerce sobre uma resposta posterior (ex: nível de afeto positivo sobre uma palavra). A meta-análise de Herring et al. (2013) demonstra que esta tarefa logra resultados satisfatórios para acessar processos implícitos relativos à avaliação atitudinal. As críticas principais a esse procedimento têm se centrado em sua baixa confiabilidade, demonstrada em uma série de estudos empíricos (veja, por exemplo, em: Bar-Anan & Nosek, 2012).

Ainda que os dois procedimentos exemplificados no parágrafo anterior sejam os mais utilizados e citados, a quantidade de procedimentos de avaliação implícita na área já passa de vinte, considerando variações do IAT e da própria tarefa de *Priming Avaliativo*. São exemplos desses procedimentos o *Affective Misattribution Procedure* (AMP), o *Single-Target IAT*, o *Brief IAT* (BIAT), o *Go-NoGo Association Test*, tarefas de Sroop adaptadas, entre vários outros (para revisão e comparação de medidas: Houwer & Moors, 2010; Nosek et al., 2011). Ainda existem procedimentos que não são baseados em tempo de reação, mas que buscam uma avaliação indireta de objetos atitudinais, como é o caso do efeito letra do nome, aplicado para a mensuração de autoestima e que tem evidências de validade relativamente satisfatórias (Buhrmester, Blanton, & Swann, 2011).

### **Métodos baseados na ativação automática de categorias**

As técnicas de *Priming* são extremamente frequentes na literatura acadêmica de Psicologia Social. Ao se ler os artigos publicados em um número recente do principal periódico da área de Psicologia Social, o *Journal of Personality and Social Psychology*, é impossível não se deparar com vários dos artigos que utilizam alguma estratégia de *priming* para manipulação de variáveis. Um busca no Google Scholar com as palavras-chave "*Priming and Social Psychology*" resulta em aproximadamente 17.500 entradas apenas desde o ano de 2009. Este é um claro indicador da frequência de uso da técnica e da importância que o campo dá a esta como estratégia metodológica de pesquisa sobre processos automáticos e controlados.

De forma geral, o paradigma de *priming* é executado em duas etapas. Invariavelmente, há uma situação de engano para recrutar o participante, informando a ele que se trata de dois experimentos ou de duas tarefas que não possuem relação entre si. Quando chega ao laboratório o participante é convidado a executar uma primeira tarefa, que ele julga que já seja a tarefa principal, mas que na verdade refere-se à ativação do *priming*. Inumeráveis estratégias de *priming* são relatadas na literatura, mas algumas usuais expõem o participante a, por exemplo: (a) desembaralhar sentenças para formar frases que façam sentido a partir de uma lista de palavras desorganizadas, mas que se organizadas formam uma frase com sentido (Srull & Wyer, 1979); (b) memorizar uma lista de adjetivos e dois minutos depois escrever a lista na ordem e forma apresentada na tarefa de memorização (Maio, Pakizeh, & Rees, 2009); e (c) visualizar uma série de imagens e elaborar uma lista de palavras que vêm à mente em razão das imagens (Chao, Chen, Roisman, & Hong, 2007).

Depois de realizada a tarefa de *priming*, quando se espera que os conceitos ativados pelo conteúdo do material a que se expõe o participante tenham surtido efeito, o participante inicia a segunda tarefa, explicitamente não relacionada à primeira, mas na qual, na verdade, ocorre a mensuração da variável dependente. Esta segunda parte pode ser a mensuração de uma atitude ou intenção de comportamento ou, inclusive, a observação do comportamento do participante em uma situação específica. Em geral, se a categoria foi efetivamente ativada, se a variável dependente possui relação coerente com o *priming* e se houve garantia de boa validade interna do experimento, o processo automático é avaliado pelo efeito produzido na variável dependente. Desconheço qualquer tipo de manual que sintetize todos os possíveis tipos de *priming* relatados na literatura da área, mas há um capítulo de livro, relativamente antigo, que faz uma classificação dos tipos de *priming* e apresenta protocolos de uso na aplicação de algumas técnicas (Bargh & Chartrand, 2000).

Mais recentemente, estudos em cognição social também têm buscado evidências de efeitos automáticos que a ativação de conceitos corpóreos tem sobre processos cognitivos complexos (*Embodied Cognition*). A ideia básica desses procedimentos é a de que existe um processo associativo metafórico entre processos sensoriais e conceitos abstratos (Meier, Schnall, Schwarz, & Bargh, 2012). Alguns autores argumentam que a estruturação dessas metáforas corporificadas tem influência cultural (Leung, Qiu, Ong, & Tam, 2011). Dentre os efeitos que ficaram mais notórios da ativação automática de metáforas corporificadas estão a avaliação de severidade de situações por meio do peso percebido e o nível de afeição de uma pessoa em razão da sensação térmica tátil (Jostmann, Lakens, & Schubert, 2009; Williams & Bargh, 2008).

### **Métodos baseados em eventos do sistema nervoso central**

O uso de técnicas para avaliação de respostas fisiológicas não é recente em Psicologia. A encefalografia, por exemplo, é um procedimento já em uso há várias décadas. Nos últimos anos tem crescido o interesse na interface entre neurociências e cognição social, resultando no desenvolvimento do campo chamado de neurociências sociocognitivas (Harmon-Jones & Beer, 2009; Harmon-jones & Devine, 2003). Esta aproximação de campos tem possibilitado a aplicação de procedimentos de mensuração, em geral oriundos do campo das neurociências, que potencializam, em muito, o que tem sido feito no campo de mensuração de processos implícitos. Estas medidas são muito robustas para aferição de processos automáticos, configurando-se em excelentes indicadores de validade e fidedignidade, pois sofrem pouca ou nenhuma influência dos indivíduos, consistindo em estratégia de aferição indireta bastante robusta.

Conforme descrevem Harmon-Jones e Beer (2009), são inúmeras essas técnicas, como avaliação de hormônios salivares, eletromiografia, sobressalto de piscada ocular, mensuração do sistema nervoso autônomo (e.g. atividade eletrodérmica, atividade cardiovascular e pressão sanguínea), eletroencefalografia, potenciais relativos a eventos baseados em medidas eletroencefalográficas (ERPs), estimulação transcraniana e ressonância magnética funcional (fMRI). De forma geral, os métodos listados permitem o desenvolvimento de projetos para a produção de conhecimento sobre inúmeras questões, mas por sua natureza estes métodos se constituem em estratégias eficientes de avaliação de processos afetivos e, conseqüentemente, automáticos.

O uso de diferentes tipos de estratégias, como as descritas neste texto, de forma simultânea na mesma ação de investigação tem sido algo cada vez mais corriqueiro e relevante para o desenvolvimento do campo da cognição social implícita. Por exemplo, há estudos que procuram avaliar o funcionamento cerebral por meio de ERPs, ao mesmo tempo em que submetem o participante a um Teste de Associação Implícita, relevando o padrão de funcionamento cerebral relacionado à atitude implícita (J. K. Williams & Thernanson, 2011). Outros estudos têm buscado

testar o efeito que a ativação de categorias via *priming* exerce sobre a mensuração do sistema nervoso autônomo (Chao et al., 2007). Tem-se notado um esforço no campo da cognição social no mesclar do uso de técnicas dos dois primeiros tipos (*i.e.* tempos de reação e *priming*) com medidas de neurociências sociocognitivas. Isto também tem se tornado verdadeiro com o uso de técnicas mais populares de mapeamento cerebral, como é o caso da ressonância magnética funcional (fMRI). Essa interseção traz inúmeras possibilidades de acesso aos processos automáticos, produzindo inovações relevantes para a compreensão teórica e metodológica da cognição social humana.

### Considerações Finais

As estratégias de mensuração de processos implícitos têm sido amplamente empregadas na Psicologia Social. Outras áreas da Psicologia têm iniciado um uso intensivo destas estratégias, como a Psicologia da Personalidade para avaliação de diferenças individuais, baseadas, principalmente, em medidas de tempo de reação. Não tenho notado um esforço sistemático para o uso desses procedimentos para a avaliação de fenômenos no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Graças às possibilidades de avaliação de processos afetivos, o uso de técnicas de mensuração implícita seria muito útil para avaliar vários constructos clássicos e emergentes em Psicologia Organizacional, principalmente aqueles de base afetiva, como as atitudes no trabalho.

Ainda que não comentado até este momento, as estratégias de avaliação de processos implícitos trazem outra vantagem metodológica muito relevante: são mais resistentes à desejabilidade social. Instrumentos de medida explícita, como os tradicionais instrumentos psicométricos de avaliação de atitudes e personalidade, são consideravelmente sujeitos ao problema do participante responder aquilo que ele julga que o pesquisador quer ouvir e não aquilo que ele tem a dizer. Por sua natureza indireta as estratégias de avaliação implícita eliminam de forma considerável este problema, permitindo acessar informações impossíveis de serem acessadas por instrumentos explícitos.

De forma geral, o campo da discussão teórica e metodológica sobre a avaliação de processos implícitos tem avançado rapidamente nas últimas décadas. Há uma quantidade enorme de publicações recentes sobre estes procedimentos. Obviamente que estas técnicas não se tratam de uma panaceia para a mensuração em Psicologia Social, mas se constituem em recursos indispensáveis para o bom desenvolvimento teórico das diversas áreas da Psicologia. É urgente o envolvimento de mais pesquisadores brasileiros na temática, uma vez que uma quantidade muito pequena está trabalhando com esses procedimentos, o que acarreta em uma formação muito restrita de novos pesquisadores. Este cenário precisa mudar, de forma a garantir acesso às técnicas e à formação de novos alunos no uso dos procedimentos descritos no presente artigo.

De forma geral, espero que este texto sirva como uma breve introdução ao tema e que o leitor venha a se interessar por buscar nas fontes aqui citadas e em outras informações para poder se especializar neste campo.

### Abordagens Metodológicas em Trabalho e Saúde Psíquica<sup>4</sup>

Este texto é uma síntese da apresentação no Simpósio PROCAD, pretendendo analisar os dilemas sobre as concepções de saúde-doença na Saúde Coletiva e suas implicações para as investigações sobre trabalho e saúde psíquica, particularmente para as abordagens metodológicas. Assim, são discutidas as questões que envolvem as estratégias metodológicas: a) os instrumentos; b) a coleta de dados; c) a análise de dados.

4 Esta seção se refere à comunicação de Sônia Regina Pereira Fernandes

## Concepções de saúde – doença

Ao analisar as estratégias metodológicas adotadas em trabalho e saúde, deve-se, inevitavelmente, fazer uma reflexão sobre as questões que antecedem essas escolhas metodológicas. Assim, inicialmente temos de refletir sobre as concepções de saúde e doença na Saúde Coletiva, que trazem profundas repercussões para as abordagens metodológicas desses estudos.

O conceito de saúde, além de complexo, tem demonstrado ser de difícil aproximação, e ocorrem problemas no estabelecimento dos seus indicadores. Segundo Almeida-Filho (2010), o conceito de saúde ainda é um ponto cego paradigmático no âmbito da ciência epidemiológica. Nessa direção, ele considera que as ciências do campo da saúde ainda não construíram, conceitualmente, o objeto Saúde, havendo uma preocupação muito forte na construção de modelos biomédicos de patologia. Salienta, desse modo, que as análises devem ir além do foco da presença ou da ausência de patologias ou lesão, devendo considerar a questão do grau de severidade das doenças e as complicações resultantes, bem como a repercussão sobre a qualidade de vida dos sujeitos.

A *saúde* tem sido considerada como o oposto da doença, sendo definida a partir da ausência de sinais e sintomas. Tradicionalmente, as concepções de saúde têm focalizado a ausência de doença e, nessa perspectiva, como assinala Almeida-Filho (2010), saúde tem sido considerada como atributo dos não doentes, entre os expostos e os não expostos a fatores de risco, em dada população definida.

É importante mencionar que a noção de doença parece ser atravessadora nas análises da Saúde Coletiva e, inevitavelmente, contamina os estudos que focalizam Trabalho e Saúde Psíquica, pois têm, na Saúde Coletiva, a sua matriz teórico-conceitual. Assim, mediante os desafios impostos, é possível assinalar a necessidade de avaliar positivamente os níveis de salubridade de dada população, bem como a construção e/ou descrição de indicadores de saúde. Nessa direção, visando atender a essa necessidade, urge uma nova agenda de estudos e a possibilidade de se incorporar a perspectiva teórico-conceitual da Psicologia Positiva, desenvolvendo estratégias metodológicas que atendam às especificidades deste segmento da população – trabalhadores inseridos ocupacionalmente.

O conceito de bem-estar subjetivo emerge da Psicologia Positiva, incorpora a satisfação com a vida e os afetos como elementos de análise e é considerado como uma das dimensões da Saúde Mental (Diener & Seligman, 2002; Dinner, Lucas, & Oishi, 2009, Giacomoni, 2004). Segundo Galinha e Ribeiro (2005), o bem-estar subjetivo, embora seja complexo, é um conceito positivo de saúde e abrange tanto a dimensão cognitiva como a dimensão afetiva e os respectivos afetos – positivos e negativos.

É necessário, também, assinalar que a adoção dessa nova agenda incorpora outra ordem de dificuldades, uma vez que lida com um constructo que emerge de elementos subjetivos e de difícil avaliação. Essa dimensão subjetiva contempla representações de aspectos, entre os quais, bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal.

Na atualidade, ocorre a construção de indicadores de salubridade, tanto na perspectiva de saúde em geral, como na saúde psíquica, que é o nosso foco. Esses são os desafios, principalmente para nós, psicólogos, pois nos deparamos com um *modelo* insuficiente para explicar as questões que permeiam o eixo trabalho-saúde.

Tentando buscar novas respostas para desconfortáveis questões, estamos incorporando o desenvolvimento teórico-conceitual advindo da Psicologia Positiva e focalizando os elementos vinculados ao bem-estar na tentativa de responder à questão: o que acontece ou o que tem



sido associado aos trabalhadores que permanecem saudáveis nos contextos ocupacionais/ organizacionais? É importante mencionar que a problemática na esfera teórico-conceitual em trabalho-saúde psíquica também tem reflexos nas suas abordagens metodológicas nessa subárea.

## Dilemas nas abordagens metodológicas

### Desenho, instrumentos e coleta de dados

Os estudos em trabalho e saúde psíquica tendem a adotar os desenhos e estratégias metodológicas oriundos da medicina, com delineamentos que vão de menor controle e maior profundidade, como história de vida e estudos de caso, a desenhos com um escopo intermediário em relação ao controle e à profundidade, a exemplo dos estudos de corte transversal.

A tendência observada na subárea trabalho e saúde psíquica tem sido a adoção de estudos de corte transversal, também denominados de corte seccional, descrição instantânea do fenômeno. Assim, essa descrição do fenômeno não tem a pretensão de identificar a sua etiologia.

Quanto aos instrumentos de avaliação, geralmente são autoaplicados e de autorrelatos. Utilizam-se informantes-chave em populações específicas de trabalhadores ou “estudo censitário” em dada organização de trabalho, onde todos os trabalhadores são elegíveis.

Os instrumentos, geralmente, são escalas e inventários usados para *screening* de doença/sintomas. Neste sentido, pode-se observar a incorporação de estratégias metodológicas do modelo médico na avaliação e, a partir do resultado obtido, realiza-se uma grosseira aproximação do *status* (conceito) de saúde. Nessa perspectiva, são adotados os indicadores de ocorrência de doença – morbidade – mediante medida de prevalência.

Na avaliação de saúde psíquica, os instrumentos comumente utilizados são: a) SRQ-20 – *Self Report Questionnaire* (Mari & Willians, 1986); b) GHQ-12 General Health Questionnaire (Goldberg, 1992, 1992); c) QSG (Questionário de Saúde Geral – versão original GHQ-60 de Goldber e validado no Brasil por Pasquali, 1996).

O SRQ-20 é um *checklist* de 20 sintomas com um escala bimodal (sim/não) e que adota um ponto de corte 7, a partir do qual há suspeição para transtornos psíquicos menores. Foi um instrumento bastante utilizado, nas décadas de 1970 e 1980, pela Organização Mundial de Saúde para *screening* de saúde psíquica da população em geral. Contudo, como fica esse instrumento ao ser aplicado para uma população específica – trabalhadores inseridos?

Na tentativa de responder a essa indagação, Fernandes e Almeida-Filho (1997) validaram o SRQ-20 para estudos com trabalhadores inseridos no segmento de informática. Assim, realizaram uma validação tipo pragmática, realizando simultaneamente entrevistas psicológicas e aplicação do SRQ-20. Neste sentido, a opção pelo ponto de corte 7 na escala do SRQ-20 não apresentou um bom desempenho geral em termos de validade, sensibilidade e valor preditivo positivo. Entretanto, reduzindo o ponto de corte para 5, o instrumento apresentou uma melhoria para identificar os casos positivos. Então, sugeriu-se a redução do ponto de corte para 5 ao se aplicar o SRQ-20 em trabalhadores.

É necessário salientar que os demais instrumentos GHQ-12 e QSG, já validados para a população geral, também precisam ser validados para a população específica de trabalhadores a fim de um melhor refinamento, em termos de especificidade e de validade.

Quanto aos instrumentos de bem-estar, que foram mais recentemente incorporados aos estudos dessa subárea: a) BES (Albuquerque & Tróccoli, 2004) e b) BET (Siqueira & Padovam, 2006), além da questão teórico-conceitual envolvida no construto bem-estar, devem-se considerar

os mesmos aspectos já indicados quanto à validade desses instrumentos.

Em relação à categoria trabalho, existe um desenvolvimento considerável de instrumentos para a sua avaliação que são plenamente reconhecidos, entre os quais JDS (Hackman & Oldman, 1975) e JCI (Sims, Szilagyi, & Keller, 1976).

Sobre a coleta de dados, nos estudos organizacionais adota-se o critério da acessibilidade. Os participantes dos estudos, então, são voluntários, o que pode gerar uma forte distorção aos resultados, funcionando como uma real fonte de erro. Outro aspecto diz respeito ao fato da coleta de dados dessas investigações ser feita no próprio local de trabalho dos participantes, o que pode gerar *bias* de informação em virtude de o trabalhador tender a avaliar mais positivamente os aspectos da sua saúde, ou seja, mascarar o adoecimento.

### **Análise de dados**

Quanto à análise, um dos problemas diz respeito à passagem do plano do indivíduo para o coletivo. Então, a nossa unidade de análise no eixo trabalho-saúde é o coletivo dos trabalhadores, entretanto a avaliação da saúde é no plano do indivíduo. Nesse sentido, a avaliação é do *indivíduo*, e a análise é realizada considerando o *grupo*.

Os modelos de análise geralmente adotam as análises descritivas, análises fatoriais exploratórias (dimensões trabalho) e poucos estudos adotam análises multivariadas.

Finalmente, o denominado “efeito trabalhador sadio”, discutido na literatura por Monson (1983) e Thiele e Enderlei (1986) a partir de achados que identificaram menores indicadores de ocorrência de doenças (incidência e prevalência) em trabalhadores inseridos ocupacionalmente do que na população em geral. Em estudo realizado por Fernandes (1997), esse efeito também foi identificado, uma vez que as prevalências de sintomas psicológicos foram menores do que os observados na população em geral. Esse fato pode ser atribuído aos inúmeros processos seletivos a que esse segmento populacional é submetido, como o processo de seleção para admissão no emprego e a avaliação de desempenho. Além desses aspectos, sabe-se que as pessoas que são mantidas no pleno emprego são as que são consideradas sadias psicologicamente. Então, esse processo pode contaminar os resultados obtidos sobre trabalho e saúde, uma vez que é possível que as pessoas inseridas nos contextos de trabalho estejam com melhores níveis de saúde do que a população geral.

### **Conclusões**

Os principais dilemas e contradições que permeiam as concepções de saúde-doença são refletidos nas abordagens metodológicas sobre trabalho-saúde. Assim, saúde tem sido considerada, na maioria dos estudos, como ausência de doença/sintomas. Uma nova agenda torna-se necessária, especialmente a partir dos desenvolvimentos teóricos da Psicologia Positiva. A construção de instrumentos para avaliação da saúde e a sua validação para trabalhadores se impõem como uma necessidade para a subárea. É fundamental que sejam revistos os critérios de elegibilidade dos participantes dos estudos e o local da coleta de dados. Finalmente, análises mais específicas, que considerem com melhor propriedade a passagem do plano do indivíduo para o coletivo, são norteadoras para avanços metodológicos nessa temática.

### **Considerações finais**

O objetivo do presente artigo foi o de apresentar um panorama sobre a diversidade de abordagens metodológicas que caracterizam a pesquisa em Cognição Social, Psicologia do Trabalho

e Saúde Psíquica, desenvolvidos a partir de diferentes posições teóricas, sem desconsiderar os temas clássicos das respectivas áreas. Parte do que pode ser observado pelo conteúdo das discussões é que existe um bom progresso no desenvolvimento de abordagens metodológicas na Psicologia Social e do Trabalho no Brasil, especialmente quando se verifica a qualidade de pesquisa empírica realizada nos últimos 30 anos. Contudo, talvez haja uma necessidade premente de que os pesquisadores brasileiros diversifiquem seus métodos de pesquisa, partindo da realidade atual em direção ao uso de abordagens multimetodológicas, referentes a grandes amostras provenientes das diferentes subculturas descritas por Ribeiro (1997). Essa tendência permitiria a interpretação de similaridades e diferenças entre as subculturas brasileiras. Dado o tamanho do país e sua grande diversidade cultural e regional, o Brasil apresenta uma vocação ideal para tais comparações.

As abordagens metodológicas da Psicologia Social e do Trabalho se beneficiam de teorizações oriundas dos grandes sistemas psicológicos, mas também apresentam teorizações próprias desenvolvidas a partir das pesquisas realizadas pelos pesquisadores brasileiros. Parece existir um problema causado por um interesse crescente em novas áreas e um decorrente abandono ou falta de acumulação sistemática de conhecimento em áreas mais “tradicionais”. Van der Vijver e Leung (2000) observaram, na década passada, um maior desenvolvimento, em escala mundial, da Psicologia aplicada ao estudo transcultural e, especialmente, nas pesquisas sobre individualismo-coletivismo. Não parece ser essa a realidade da produção brasileira. O campo ainda apresenta microteorias, não desenvolvendo estudos pretensiosos de comparação global para a explicação do comportamento humano no contexto social. Contudo, vários fenômenos psicossociais foram identificados e analisados, enfatizando os fatores que o influenciam.

Nas últimas quatro décadas a Psicologia Social tem sido predominantemente influenciada pela psicologia social-cognitiva, que avalia os fenômenos sociais sob a perspectiva individual. Em uma das chamadas “crises da Psicologia Social”, nos anos 1960 e 1970, os estudos se envolveram mais com fenômenos que abarquem a interação e relação entre os indivíduos. Essa crise consistiu em uma crítica e autocritica dos psicólogos sociais acerca da validade dos métodos utilizados nas suas pesquisas, preponderantemente experimentais, da relevância social de seus resultados, além da ética envolvida em alguns dos seus experimentos. No caso da Psicologia do Trabalho e Saúde Psíquica, é importante ressaltar que na maioria das vezes a saúde tem sido considerada apenas como *ausência* de doença, o que acaba por ignorar as valiosas contribuições da chamada Psicologia Positiva. Além disso, conforme já apresentado aqui por Fernandes, há a necessidade de desenvolvimento de análises mais específicas, que incluam a passagem do nível individual para o grupal.

No Brasil, até os anos de 1970, predominou a influência da psicologia “psicológica” (Sampson, 1988) estadunidense, de modo semelhante ao que ocorreu em toda a América Latina. Por exemplo, e no caso da Psicologia Social, uma das obras mais adotadas nos cursos de graduação durante esse período, e que expressa essa tendência, é o livro *Psicologia Social*, de autoria de Aroldo Rodrigues e publicado pela primeira vez em 1972. Seu autor foi também o responsável pelo desenvolvimento de uma profícua linha de pesquisa em psicologia social psicológica no país, a qual foi divulgada em uma série de artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros, ao longo dos anos de 1970 e 1980. Para Bomfim (2003), as abordagens metodológicas de pesquisa são marcadas por duas tendências em oposição, representadas por Aroldo Rodrigues e José Augusto Dela Coleta (empiristas, com uma abordagem experimental-cognitiva interessada em processos individuais relacionados ao contexto social) e Silvia Lane (marxista e sócio-histórica). As discordâncias teóricas e metodológicas presentes nesse campo evidenciaram não apenas posições antagônicas em relação a temas importantes na Psicologia, como também deram visibilidade a alguns autores que representavam essas rivalidades.

Alguns dos temas considerado típicos em Psicologia inspiraram a proliferação de estudos realizados no país, que, mesmo perseguindo fenômenos diferentes (e.g., Influência Social, Preconceito e Discriminação), são marcados por uma similaridade: a influência de uma cultura individualista. A partir das propostas históricas de Freud e William James, de inconsciente e habilidade, respectivamente, nasceram duas tradições de pesquisa (Wegner & Bargh, 1998). A primeira é relacionada fundamentalmente ao estudo inconsciente, ou seja, ao estudo por meio de *priming*, enquanto a segunda se refere à resolução de problemas comparando as diferentes habilidades de fazê-lo. Todavia, parece não haver uma referência na literatura que tenha feito uma ponte histórica das influências das diferentes tradições de pesquisa no estudo do fenômeno de acessibilidade (Pérez-Nebra, 2010).

Talvez possa-se considerar que um esforço de construção de ligações entre diferentes tradições de pesquisa está sendo feito pelo crescente movimento da Psicologia Positiva (e.g. Warr, 2007), que se debruça sobre os aspectos positivos da experiência humana. Todavia, vale ressaltar que ainda não há um consenso sobre a definição de uma das principais variáveis de interesse desse movimento: o bem-estar do indivíduo. Embora pareça claro que o trabalho seja componente fundamental para a construção do bem-estar, poucos são os modelos teóricos e pesquisas empíricas sobre este construto e seus antecedentes. As duas principais correntes no campo de estudo do bem-estar (o *bem-estar subjetivo* de Diener; e o *bem-estar psicológico* de Ryff) se complementam neste sentido. A primeira corrente, de visão hedonista (Diener, 1984), conceitua o bem-estar a partir das dimensões de afeto positivo, negativo e de satisfação com a vida, enquanto a segunda (Ryff, 1989) entende a eudaimonia como condição suficiente, mas não necessária para o bem-estar hedônico (Waterman, 1993). Assim, importantes contribuições são dadas para a compreensão do indivíduo de que, no seu trabalho, expressa e desenvolve seus potenciais e avança no alcance de suas metas de vida.

As pesquisas na perspectiva da Psicologia Transcultural já sugeriam (Triandis, 1994) a tendência metodológica de se superestimar o papel dos fatores disposicionais como características evidentes de culturas individualistas (e.g., países do Norte Europeu, Estados Unidos). Pesquisas desenvolvidas com culturas mais coletivistas (e.g., China, Índia) encontraram, por exemplo, que participantes de pesquisas nessas culturas tendem a fazer atribuições mais situacionais. Segundo Morris e Peng (1994), essas diferenças se relacionam às teorias implícitas sobre o comportamento social: enquanto as culturas individualistas adotam uma teoria sobre o comportamento social centrada na pessoa, culturas coletivistas tendem a aderir a uma teoria centrada na situação.

Retomando o argumento de que a similaridade que une essas e outras abordagens metodológicas tem sua origem em países individualistas, vale discutir a proposta da Psicologia Transcultural. O simples desenvolvimento dessas pesquisas em contexto individualista traz um *viés* também individualista, que parte do próprio pesquisador, refletindo-se nos sujeitos recrutados para as pesquisas, na escolha de método utilizado e até mesmo no próprio fenômeno estudado. Se a cultura pode ser entendida como uma lente que distorce a realidade e nossa compreensão do mundo, torna-se relevante questionar até que ponto essas pesquisas e seus resultados têm aplicação direta a outros grupos de natureza distinta, como no caso do Brasil – país citado na literatura como exemplo de cultura coletivista (e.g., Triandis, 1995).

Estudos como os de Hofstede (e.g., 1993) e Schwartz (e.g., 1994) reportam que as culturas podem ser entendidas em termos de significados e que, por isso, é apropriado estudá-las por meio da avaliação dos valores de amostras representativas de membros de cada cultura. Vale reforçar, porém, que o fato de duas nações se diferenciarem em termos de uma dada dimensão não justifica a conclusão de que quaisquer dois membros dessas culturas irão se diferenciar da mesma maneira. O nível de análise cultural não pode, assim, ser transposto para o nível de



análise individual. Além disso, as pesquisas de Hofstede e Schwartz demonstraram a existência de significados consistentes entre culturas. As polaridades que emergiram do estudo de Schwartz (conservadorismo *versus* autonomia; domínio e hierarquia *versus* igualitarismo) podem ser entendidas como fortes reminiscentes das dimensões de Hofstede de individualismo-coletivismo e distância do poder, respectivamente.

Vale lembrar, porém, que tais manifestações culturais são puramente relacionais. O Brasil, por exemplo, pode ser considerado como coletivista em relação aos Estados Unidos, mas, seguramente, é individualista quando comparado a nossa vizinha Colômbia (Hofstede, 1984). Já na teoria de Schwartz, quando comparado à Europa Ocidental, o Brasil tem altos escores em Hierarquia e baixos em Autonomia Intelectual. Quando comparado aos Estados Unidos, o Brasil também apresenta maiores escores em Autonomia Intelectual, com os EUA apresentando maiores escores em Autonomia Afetiva. A dimensão de Domínio parece ser maior para os EUA, enquanto o Brasil apresenta um maior escore para Harmonia. Todavia, quando comparado a países da Ásia, África e Oriente Médio, o Brasil apresenta uma posição praticamente inversa. Esse tipo de comparação é o mote da Psicologia Transcultural e representa uma abordagem que vem ganhando reconhecimento na comunidade acadêmica brasileira. Os psicólogos transculturais, tradicionalmente, trabalham com ferramentas tais como questionários, escalas e entrevista/observação estruturada, têm uma predominância quantitativa nas suas análises e opções metodológicas as quais, com uma orientação empírica, objetivam o teste de diferenças entre amostras de nações e/ou grupos étnicos. Tipicamente, procura-se nesta abordagem o estabelecimento da variância explicada por valores culturais. Essas pesquisas se diferenciam daquelas da Psicologia Intercultural, no sentido de que os representantes do segundo grupo estão mais preocupados com a relação interpessoal entre membros de diferentes grupos culturais. Já as pesquisas voltadas para a Psicologia Cultural têm uma preocupação maior com os processos por meio dos quais a cultura é transmitida entre os membros do grupo.

Juntas, o que essas pesquisas e abordagens demonstram é que há a urgente necessidade de se exercitar a habilidade da tradução ao buscar os conhecimentos da Psicologia. Mas não a tradução da língua inglesa, que, afinal de contas, pode ser considerada como a *língua franca* da área, ou o Latim dos nossos tempos. O que é necessário é uma tradução *Cultural*. Nem tudo o que se lê e estuda pode ser diretamente aplicado a nossa realidade. Nem tudo que é produzido no, aproximadamente, um quinto do mundo que é individualista é diretamente aplicável aos quatro quintos restantes do mundo, que é coletivista.

### Referências

- Aarts, H., Dijksterhuis, A., & Custers, R. (2003). Automatic Normative Behavior In Environments: The Moderating Role Of Conformity In Activating Situational Norms. *Social Cognition, 21*(6), 447–464. doi:10.1521/soco.21.6.447.28687
- Albuquerque, A. S., & Tróccoli, B. T. (2004) Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia, Teoria e Pesquisa, 20*, 153-164. doi:10.1590/S0102-37722004000200008
- Almeida-Filho, N. (1989). *Epidemiologia sem números: uma introdução crítica à ciência epidemiológica*. Rio de Janeiro: Campus.
- Almeida-Filho, N. (2000). O conceito de saúde ponto-cego da epidemiologia. *Revista Brasileira de Epidemiologia, 3*(1), 4-20. doi: 10.1590/S1415-790X2000000100002.
- Bar-Anan, Y., & Nosek, B. A. (2012). A Comparative investigation of seven implicit measures of social cognition. *SSRN Electronic Journal, 1*–60. doi:10.2139/ssrn.2074556

- Bargh, J. A., & Chartrand, T. L. (2000). Studying the mind in the middle: A practical guide to priming and automaticity research. In H. T. Reis & C. M. Judd (Orgs.), *Handbook of research methods in social psychology*. (pp. 253-285). New York: Cambridge University Press.
- Bargh, J. A., Chen, M., & Burrows, L. (1996). Automaticity of social behavior: direct effects of trait construct and stereotype-activation on action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(2), 230–44. doi:10.1037/0022-3514.71.2.230
- Bomfim, E. M. (2003). Contribuições para a história da psicologia no Brasil. In: A. M. Jacó-Vilela, M. L. Rocha, & D. Mancebo (Orgs.), *Psicologia social: Relatos na América Latina*. (pp. 123-144). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Buhrmester, M. D., Blanton, H., & Swann, W. B. (2011). Implicit self-esteem: nature, measurement, and a new way forward. *Journal of Personality and Social Psychology*, 100(2), 365–85. doi:10.1037/a0021341
- Chao, M. M., Chen, J., Roisman, G. I., & Hong, Y. (2007). Essentializing Race. *Psychological Science*, 18(4), 341–348. doi: 10.1111/j.1467-9280.2007.01901.x
- Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 95(3), 542-575. doi:10.1037/0033-2909.95.3.542
- Diener, E. & Seligman, M. E. P. (2002) Very happy people. *Psychological Science*, 13, 81-84. doi: 10.1111/1467-9280.00415
- Diener, E., Oishi, S., & Lucas, R. E. (2009). Subjective well-being: The science of happiness and life satisfaction. In C. R. Snyder & S. J. Lopez (Orgs.), *The handbook of positive psychology* (2nd ed., pp. 187-194). New York: Oxford University Press.
- Dijksterhuis, A. (2004). Think different: the merits of unconscious thought in preference development and decision making. *Journal of personality and social psychology*, 87(5), 586–98. doi:10.1037/0022-3514.87.5.586
- Dijksterhuis, A., & Aarts, H. (2010). Goals, attention, and (un)consciousness. *Annual review of psychology*, 61, 467–90. doi:10.1146/annurev.psych.093008.100445
- Evans, J. S. B. T. (2008). Dual-processing accounts of reasoning, judgment, and social cognition. *Annual review of psychology*, 59, 255–78. doi:10.1146/annurev.psych.59.103006.093629
- Fazio, R. H., Jackson, J. R., Dunton, B. C., & Williams, C. J. (1995). Variability in automatic activation as an unobtrusive measure of racial attitudes: a bona fide pipeline? *Journal of personality and social psychology*, 69(6), 1013–27. doi:10.1037/0022-3514.69.6.1013
- Ferguson, M. J., & Bargh, J. A. (2004). How social perception can automatically influence behavior. *Trends in Cognitive Sciences*, 8(1), 33–39. doi:10.1016/j.tics.2003.11.004
- Fernandes, S. R. P. (2007). Tecnologia Informática e Saúde Psíquica: dimensões psicossociais do trabalho e sintomas psicológicos. (Tese de doutorado não publicada). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Fernandes, S. R. P. & Almeida-Filho, N. (1997). Validação do SRQ-20 em amostra de trabalhadores de informática. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 24 (89/90), 105-112.
- Fiske, S. T., & Taylor, S. E. (2008). *Social cognition: From brains to culture* (1st ed., p. 540). New York: McGraw-Hill.
- Galinha I. & Ribeiro, J. L. (2005). História da evolução do conceito de bem-estar subjetivo. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 6(3), 203-214.
- Giacomoni, C.H. (2004). Bem-estar subjetivo: base da qualidade de vida. *Temas de Psicologia*, 12,

1401-1410.

- Goldberg, D. P. (1972). *The detection of psychiatric illness by questionnaire: A technique for the identification and assessment of non-psychotic psychiatric illness*. London: Oxford University Press.
- Goldberg, D. P. & Huxley, P. (1992). *Common mental disorders: a bio-social model*. London: Tavistock.
- Greenwald, a G., McGhee, D. E., & Schwartz, J. L. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(6), 1464–80. doi:10.1037/0022-3514.74.6.1464
- Hackman, J. R. & Oldman, G.R. (1975). Development of the job diagnostic survey. *Journal of Applied Psychology*, 60(2), 159-170. doi: 10.1037/h0076546
- Harmon-Jones, E., & Beer, J. S. (2009). Introduction to social and personality neuroscience methods. In E. Harmon-jones & J. S. Beer (Orgs.), *Methods in social neuroscience* (pp. 1–9). New York: The Guilford Press.
- Harmon-jones, E., & Devine, P. G. (2003). Introduction to the special section on social neuroscience : Promise and caveats. *Journal of Personality*, 85(4), 589–593. doi:10.1037/0022-3514.85.4.589
- Herring, D. R., White, K. R., Jabeen, L. N., Hinojos, M., Terrazas, G., Reyes, S. M., Taylor, J. H., et al. (2013). On the automatic activation of attitudes: A quarter century of evaluative priming research. *Psychological Bulletin*. doi:10.1037/a0031309
- Hofstede, G. (1984). The cultural relativity of the quality of life concept. *Academy of Management Review*, 9, 389-398. doi:10.2307/258280
- Hofstede, G. (1993). Cultural constraints in management theories. *Academy of Management Executive*, 7, 81-94. doi: 10.5465/AME.1993.9409142061
- Houwer, J. De, & Moors, A. (2010). Implicit measures: Similarities and differences. In B. Gawronski & B. K. Payne (Orgs.), *Handbook of implicit social cognition: measurement, theory, and applications* (pp. 176–195). New York: Guilford.
- Jostmann, N. B., Lakens, D., & Schubert, T. W. (2009). Weight as an embodiment of importance. *Psychological science*, 20(9), 1169–74. doi:10.1111/j.1467-9280.2009.02426.x
- Kahneman, D. (2011). *Thinking, fast and slow* (1st ed., p. 512). New York: Farrar, Strauss and Giroux.
- Leung, A. K. -y., Qiu, L., Ong, L., & Tam, K.-P. (2011). Embodied cultural cognition: situating the study of embodied cognition in socio-cultural contexts. *Social and Personality Psychology Compass*, 5(9), 591–608. doi:10.1111/j.1751-9004.2011.00373.x
- Loersch, C., & Payne, B. K. (2011). The Situated Inference Model: An integrative account of the effects of primes on perception, behavior, and motivation. *Perspectives on Psychological Science*, 6(3), 234–252. doi:10.1177/1745691611406921
- Maio, G. R., Pakizeh, A., & Rees, K. J. (2009). Changing, priming, and acting on values : Effects via motivational relations in a circular model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 97(4), 699 –715. doi:10.1037/a0016420
- Mari, J.J., & Willians. P. (1986). A validaty study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city São Paulo. *Br J Psyquiatriy*, 148, 23-26. doi: 10.1192/bjp.148.1.23
- Meier, B. P., Schnall, S., Schwarz, N., & Bargh, J. a. (2012). Embodiment in social psychology. *Topics in cognitive science*, 4(4), 705–16. doi:10.1111/j.1756-8765.2012.01212.x

- Meissner, F., & Rothermund, K. (2013). Estimating the contributions of associations and recoding in the Implicit Association Test: the ReAL model for the IAT. *Journal of Personality and Social Psychology*, 104(1), 45–69. doi:10.1037/a0030734
- Monson, R. R. (1983). *Occupational epidemiology*. Florida (USA): Press Inc. Boca Raton
- Morris, M. W., & Peng, K. (1994). Culture and cause: American and Chinese attributions for social and physical events. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67, 949-971. doi: 10.1037/0022-3514.67.6.949
- Nosek, B. a, Hawkins, C. B., & Frazier, R. S. (2011). Implicit social cognition: from measures to mechanisms. *Trends in cognitive sciences*, 15(4), 152–9. doi:10.1016/j.tics.2011.01.005
- Pasquali, L., Gouveia, V.V, Adriola. W. B, Miranda, F.J., & Ramos, A. L. (1996). *Questionário de Saúde Geral de Goldberg*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pérez-Nebra, A. R. (2010). *Consumo de beleza: um estudo da relação entre automatismo e comportamento*. (Tese de doutorado não publicada). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.
- Perugini, M., Conner, M., & Gorman, R. O. (2011). Automatic activation of individual differences : A test of the gatekeeper model in the domain of spontaneous helping. *European Journal of Personality*, 25(6), 465-476. doi:10.1002/per
- Perugini, M., & Prestwich, A. (2007). The Gatekeeper : Individual differences are key in the chain from perception to behavior. *European Journal of Personality*, 21(3), 303–317. doi:10.1002/per
- Rabelo, A. L. A., Hees, M. A. G., & Pilati, R. (2012). A moderação da prosocialidade entre o priming e a intenção de gentileza. *PSICO*, 43(2), 163–173.
- Ribeiro, D. (1997). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ryff, C. D. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57(6), 1069-1081. doi: 10.1037/0022-3514.57.6.1069
- Sampson, E. E. (1988). The debate on individualism: Indigenous psychologies of the individual and their role in personal and societal functioning. *American Psychologist*, 43, 15-22. doi: 10.1037/0003-066X.43.1.15
- Schröder, T., & Thagard, P. (2013). The affective meanings of automatic social behaviors: Three mechanisms that explain priming. *Psychological review*, 120(1), 255–80. doi: 10.1037/a0030972
- Schwartz, S. H. (1994). Beyond individualism/collectivism: New dimensions of values. In: U. Kim, H. C. Triandis, C. Kagitçibasi, S. C. Choi, & G. Yoon (Orgs.), *Individualism and collectivism: Theory application and methods*. Newbury Park, CA: Sage.
- Sims, C.A., Szilagy, A, & Keller, R. (1976). The measurement of job characteristics. *Academy of manager Journal*, 19(2), 195-212. doi: 10.2307/255772
- Siqueira, M. M. M., Padovam, V. A. R., Chiuzi, R. M., Covacs, J. M. L. de M. A. (2006). Interface bem-estar subjetivo e bem-estar no trabalho. *Congresso Nacional de Psicologia da Saúde*, Faro, Portugal.
- Smeesters, D., Wheeler, S. C., & Kay, A. C. (2010). *Indirect prime-to-behavior effects : The role of perceptions of the self , others , and situations in connecting primed constructs to social behavior*. *Advances in Experimental Social Psychology* (1st ed., Vol. 42, pp. 259–317). Elsevier



Inc. doi:10.1016/S0065-2601(10)42005-5

- Srull, T. K., & Wyer, R. S. (1979). The role of category accessibility in the interpretation of information about persons: Some determinants and implications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37(10), 1660–1672. doi:10.1037/0022-3514.37.10.1660
- Thiele, H. & Enderlein, G. (1986). Cross-sectional studies. In M. Karvanen, & M.I. Mikheev (Orgs.) *Epidemiology of occupational health*. (pp. 135-148) Copenhagen: World Health Organization (WHO).
- Tormala, Z., Brinol, P., & Petty, R. (2006). When credibility attacks: The reverse impact of source credibility on persuasion. *Journal of Experimental Social Psychology*, 42(5), 684–691. doi:10.1016/j.jesp.2005.10.005
- Triandis, H. C. (1994). Cross-cultural industrial and organizational psychology. In H. C. Triandis, M. D. Dunnette, & L. M. Hough (Eds.). *Handbook of industrial and organizational psychology, 2nd Ed.* (Vol. 4, pp. 103-172). Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press.
- Triandis, H. C. (1995). *Individualism and collectivism*. Boulder, CO: Westview Press.
- Van der Vijver, F. J. R., & Leung, K. (2000). Methodological issues in psychology research on culture. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 31, 33-51. doi: 10.1177/0022022100031001004
- Warr, P. B. (2007). *Work, happiness and unhappiness*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Waterman, A. S. (1993). Two conceptions of happiness: contrasts of personal expressiveness (eudaimonia) and hedonic enjoyment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64(4), 678-691. doi: 10.1037/0022-3514.64.4.678
- Wegner, D. M., & Bargh, J. A. (1998). Control and Automaticity in Social Life. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Orgs.), *The handbook of social psychology* (4th ed., pp. 446-496). Boston: McGraw-Hill.
- Wentura, D. & Degner, J. (2010). A practical guide to sequential priming and related tasks. In B. Gawronski & B. K. Payne (Orgs.), *Handbook of implicit social cognition: Measurement, theory, and applications* (pp. 95–116). New York: The Guilford Press.
- Williams, J. K., & Thernanson, J. R. (2011). Neural correlates of the implicit association test: evidence for semantic and emotional processing. *Social cognitive and affective neuroscience*, 6(4), 468–76. doi:10.1093/scan/nsq065
- Williams, L. E., & Bargh, J. a. (2008). Experiencing physical warmth promotes interpersonal warmth. *Science*, 322(5901), 606–7. doi:10.1126/science.1162548

### Como Citar:

Torres, C., Rodrigues, R. P., & Fernandes, S. R. (2014). Abordagens metodológicas em Psicologia Social e da Saúde. *Revista Brasileira de Psicologia*, 1(2).